

**PARECER ÚNICO**

**Nº 095/2009 – SUPRAM NM**

**701512/2009**

Indexado ao(s) Processo(s) Nº: **06320/2008/003/2009**

Tipo de processo:

Licenciamento Ambiental (  ) Auto de Infração ( )

**1. Identificação:**

Empreendimento (Razão Social) /Empreendedor (nome completo):  
**SCFLOR EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.** CNPJ /OPF:  
**08.669.153/0001-38**

Empreendimento (Nome Fantasia):  
**Fazenda Riacho do Barro**

Município:  
**Lassance, Joaquim Felício e Francisco Dumont**

Atividade predominante:  
**Silvicultura**

Código da DN e Parâmetro:  
**G-03-02-6**

Porte do Empreendimento: Potencial Poluidor:  
**Pequeno (  ) Médio (  ) Grande ( )** **Pequeno ( ) Médio (  ) Grande ( )**

Classe do Empreendimento:  
**1 ( ) 2 ( ) 3 (  ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( )**


Fase Atual do Empreendimento:  
**LP ( ) LI (LP+LI) ( ) LO ( ) LOC ( ) Revalidação ( ) Ampliação (  )**

Localizado em UC (Unidades de Conservação)?  
**( ) Não (  ) Sim – Zona de Amortecimento do Parque Estadual Serra do Cabral**

Bacia Hidrográfica: **Rio São Francisco**

Sub Bacia: **Rio das Velhas**

*beb*  
*[Assinatura]*

	<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> <b>NORTE DE MINÁS</b> <b>PARECER ÚNICO</b>	<b>Data: 02/12/2009</b> <b>Folha: 2/23</b>
---	--	---

## 2. Histórico

Inspeção/Vistoria/fiscalização  <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim	Relatório de Inspeção/Vistoria/Fiscalização Nº: <b>SUPRAM NM 100/2009</b> <b>SUPRAM NM 107/2009</b>	Data: <b>30/10/2009</b> <b>19/11/2009</b>
Notificações Emitidas Nº:	Advertências Emitidas Nº:	Multas Nº:

## 3. Introdução

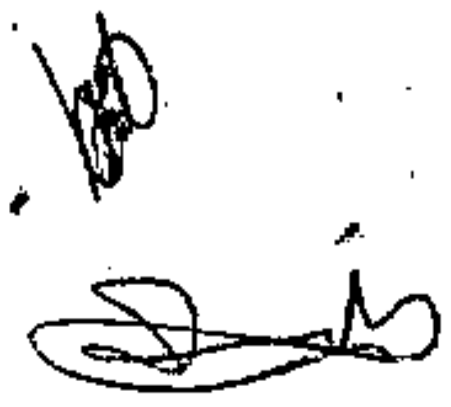
O presente Parecer refere-se à solicitação da Licença de Ampliação requerida pela SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda., para a Fazenda Riacho do Barro, situado na zona rural dos municípios de Lassance, Joaquim Felício e Francisco Dumont.

A Fazenda Riacho do Barro possui uma área total de 5.866,4990 hectares localizada na parte central da Serra do Cabral. Da área total da propriedade, pretende-se destinar 1.492,44 hectares ao plantio comercial de eucalipto clonado. Da área destinada à atividade de silvicultura, 704,92 hectares já estão ocupados com eucalipto.

No presente processo, a SCFLOR tem o objetivo de implantar mais 787,52 hectares. A empresa tem como objetivo formar florestas energéticas na região da Serra do Cabral, voltada para uso próprio e para a comercialização de madeiras de reflorestamentos.

Uso e Ocupação do Solo	Área (hectares)
Reserva Legal	1.232,06
Área de Conservação	1.710,83
Área Inventariada	787,52*
Área de Plantio de Eucalipto	704,92
Campo Rupêstre	53,86
Morro do Tigre	62,97
Clareira	0,56
Jazidas	0,44
Área de Preservação Permanente (Veredas)	1.288,96
Estradas e Carreadores	24,37
<b>TOTAL</b>	<b>5.866,49</b>

De acordo com a DN COPAM n.º 74/2004, empreendimento se enquadra na Classe I. Com a publicação da DN COPAM 138/2009 o empreendimento teve sua classificação alterada



para "Classe III" por encontrar-se inserida na área de entorno do Parque Estadual Serra do Cabral.

A atividade de silvicultura aprovada pela URC Norte de Minas no dia 09/12/2008 através do processo LP + LI 6320/2008/001/2008, já se encontra implantada. Parte dos 787,52 hectares, em que o empreendedor pretende ampliar a atividade no presente processo foi indeferida pela URC Norte de Minas devido a erros no inventário florestal. Na ocasião foram aprovados 790,00 hectares para implantação da atividade na área em que o empreendedor já havia Autorização para Exploração Florestal – APEF (0029829-A) emitida pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF e indeferidos 625,00 hectares de área requerida para supressão em que o inventário florestal apresentado foi considerado insatisfatório pela SUPRAM NM.

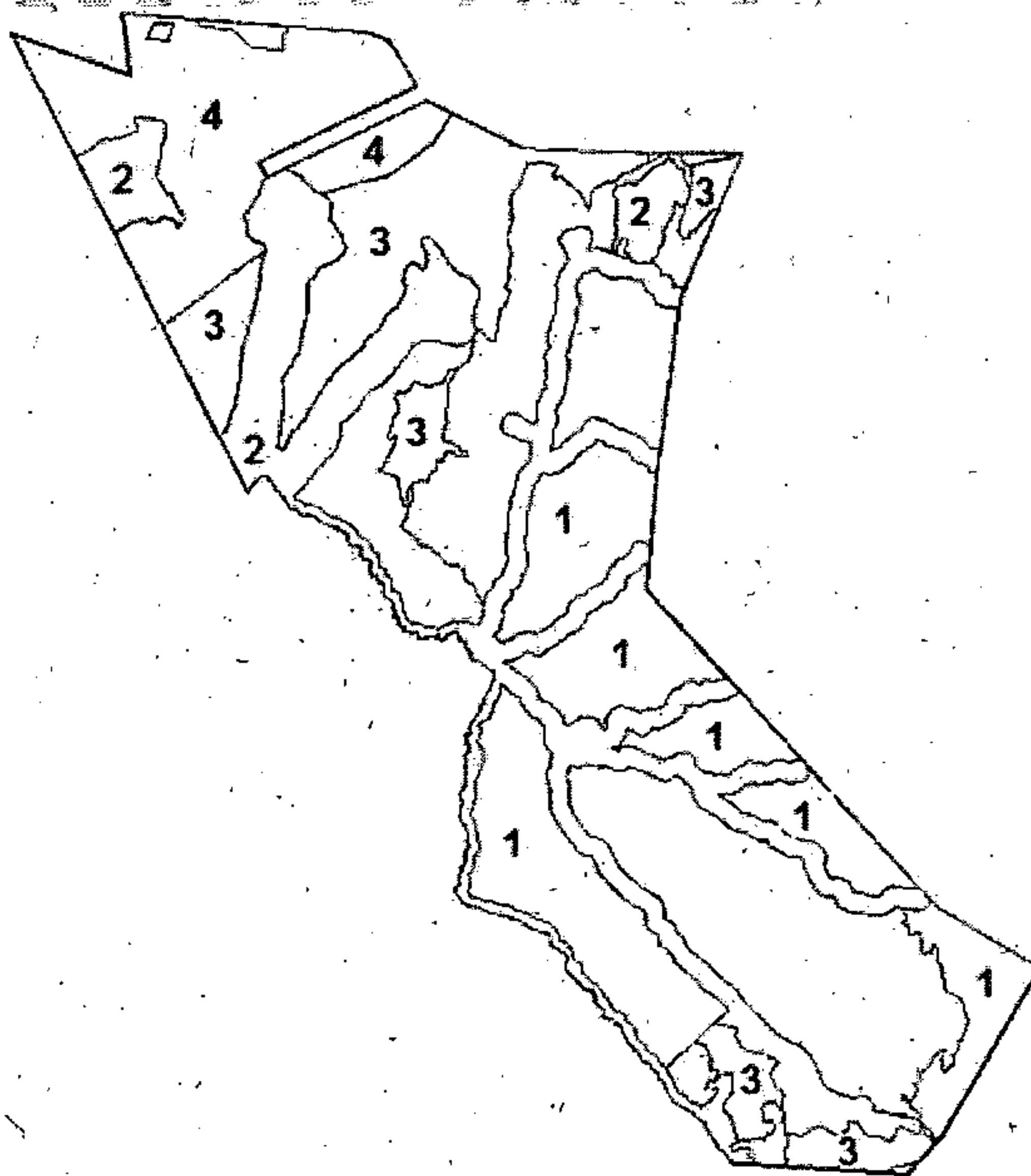


Figura - Fazenda Riacho do Barro: 1 - Reserva Legal; 2 - Área de Preservação Permanente; 3 - Área requerida para supressão da vegetação nativa e implantação da atividade de silvicultura e; 4 - Área com eucalipto já implantado.

*[Assinatura]*

A propriedade não possui nenhuma infra-estrutura de apoio, apenas estradas internas, aceiros e carregadores.

A ampliação da atividade caracteriza-se inicialmente pela abertura de acessos às áreas de plantio, preparação da estrutura de apoio e preparação do terreno.

Para preparação do terreno será necessária a retirada da cobertura vegetal, que se restringirá, exclusivamente, aos locais onde será realizado o plantio e áreas de acessos. A preparação do terreno e plantio consiste na metodologia do cultivo mínimo, com o reaproveitamento dos resíduos, atendendo as seguintes etapas:

- O preparo do terreno é feito através de um rolo-faca, puxado por um trator de esteira D4, que quebra e acama os galhos da vegetação;
- A linha de plantio é limpa com o auxílio de limpa trilho, que desloca a matéria orgânica remanescente para as laterais, para possibilitar o plantio das mudas no espaçamento 3 x 3 metros;
- Na linha de plantio é feita a subsolagem a aproximadamente 0,90 cm de profundidade;
- Imediatamente após, é possível entrar com o plantio das mudas.

Para a formalização do processo em questão foi apresentado o Relatório de Controle Ambiental - RCA e Plano de Controle Ambiental - PCA pela empresa, onde constam as informações a respeito do empreendimento em questão, o diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento, os principais impactos ambientais gerados e as medidas propostas para mitigar os impactos gerados durante a atividade.

#### 4. Controle Processual

Conforme já informado, o empreendedor requer concomitantemente a Licença Prévia e de Instalação para a atividade de silvicultura em empreendimento localizado na Fazenda Riacho do Barro, situado na zona rural dos municípios de Lassance, Joaquim Felício e Francisco Dumont.

Ressalta-se que o § 1º, do artigo 9º do Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008 prevê que poderão ser concedidas concomitantemente as licenças prévia e de instalação, na forma que dispuser o COPAM, por meio de Deliberação Normativa.

Nesse diapasão temos que a Licença Prévia é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso e ocupação do solo. Já a Licença de Instalação



tem por escopo autorizar a instalação de empreendimentos, a fim de que o empreendedor atente para a existência de possíveis danos que poderão ser causados ao meio ambiente quando da realização das obras de instalação, incluindo-se, portanto, na referida fase, a determinação de condicionantes e medidas de controle ambiental.

Insta-se informar que o empreendimento que o empreendimento foi reorientado para licenciamento em virtude da incidência da DN/123/08 que convoca os empreendimentos localizados na zona de amortecimento ou no entorno das unidades de conservação de proteção integral ao licenciamento ambiental. Frisa-se que o empreendimento possui anuência do órgão gestor do Parque Estadual Serra do Cabral permitindo instalação das atividades.

A análise do processo administrativo em tela demonstrou que foram juntados os documentos exigidos pela legislação ambiental. Observa-se, ainda, o pagamento dos custos de análise, declaração dos Municípios abrangidos pelo empreendimento, Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental, com respectiva ART do responsável pela sua elaboração e publicação do requerimento de licença (LP+LI) em periódico de grande circulação (fl.123). Reserva legal averbada no C.R.I. e regularização de recursos hídricos.

Assim, o presente processo contém os requisitos básicos a serem atendidos no que tange a sua localização e concepção demonstrando a viabilidade para o requerido, nesse diapasão sugerimos o deferimento da SCIFLOR pelo prazo de um (01) ano, mediante o cumprimento das condicionantes.

## 5. Caracterização Ambiental

O Relatório de Controle Ambiental – RCA e Plano de Controle Ambiental – PCA, através dos resultados de levantamentos e estudos realizados pelo empreendedor, apresentaram informações que permitiram caracterizar a Fazenda Riacho do Barro.

### 5.1. Meio Físico

Os itens abordados a seguir são aqueles necessários à caracterização do meio físico do empreendimento. Dentre os aspectos podemos citar:

#### 5.1.1. Climatologia

Com altitudes variando de 600 m a 1.385 m, dois tipos de clima podem ser encontrados na região diretamente relacionados com o relevo. Segundo a classificação climática de Köppen, podemos encontrar na área de estudo os seguintes:

**Cwa** – Clima subtropical de inverno seco (com temperaturas inferiores a 18°C) e verão quente (com temperaturas superiores a 22°C), predominante na região da Serra do Cabral e do Espinhaço.

**Aw** - clima de Savanas tropicais, caracterizado por apresentar verões quentes e úmidos e invernos secos. A Temperatura média anual é da ordem de 22°C, enquanto que a média das mínimas é superior a 18°C e a média das máximas é de 23°C.

O relevo assume um papel importante nas temperaturas da área, nas porções mais elevadas da região, onde ocorre um clima caracterizado por verões mais brandos e úmidos. A precipitação média anual é mais elevada podendo atingir os 1.250 mm. O período seco é mais curto variando de 3 a 4 meses de duração. As temperaturas são menos elevadas, sendo que a média do mês mais frio pode ser inferior a 18°C, enquanto a do mês mais quente pode ficar abaixo de 22°C. A temperatura média anual é de 20°.

### 5.1.2. Qualidade do Ar

A poluição do ar pode ser definida como sendo a presença de um ou mais contaminantes na natureza, em quantidades que podem causar danos ao homem, animais, plantas ou propriedades, ou interferir negativamente no bem estar das pessoas, na vida das plantas e animais, etc.

Devido ao fato de não haver atividade na área de influência direta com produção de efluentes atmosféricos considerados contaminantes na natureza, em quantidades que possam causar danos ao homem, considera-se as condições qualitativas do ar como de ótima qualidade.

### 5.1.3. Geologia

A geologia da área de estudo, está compreendida no domínio da Serra do Espinhaço, (localmente chamada de Serra do Cabral), formada por rochas metassedimentares do período Pré-Cambriano (4,6 bilhões de anos a 530 milhões de anos), provenientes de depósitos continentais e marinhos. Este conjunto geológico se expressa na paisagem através da Cordilheira do Espinhaço que se estende de Minas Gerais à Bahia. O geossistema montanhoso do Espinhaço é formado por um conjunto de cristas e superfícies que corresponde à faixa de 700 a 2200 metros de altitude, elaborado sobre rocha predominantemente quartzítica.

A Serra do Cabral apresenta em sua estrutura uma complexidade geológica formada por quartzitos, filitos, metassiltitos e meta-argilitos. As seqüências predominantemente epiclásticas grosseiras, mostram principalmente litologias quartzíticas representadas por ortoquartzitos, quartzitos conglomeráticos, quartzitos micáceos e quartzomicaxistos. Também abundantes são conglomerados grosseiros a finos, monomictos e polimictos. Menos freqüentes são rochas metaígneas vulcânica / subvulcânicas e vulcanoclásticas básicas a ácidas, e provavelmente metaígneas como os filitos hematíticos.

*[Handwritten signatures]*

#### 5.1.4. Solos

Apresentando altitudes que variam de 1.100 a 1.200 metros, a Fazenda Riacho do Barro configura feições de relevo imponentes, com relevo plano e alongados a convexos, com afloramentos de rocha.

Estas áreas apresentam relação entre pedogênese e erosão muito baixa onde se associam a resistência da rocha ao relevo montanhoso e escarpado, com significativa inibição dos processos de formação dos solos. Ao longo das encostas, associados aos fragmentos de rocha, ocorrem solos pouco profundos (litossolos), aos quais se associa a vegetação de campos rupestres, e areias quartzosas que se concentram no fundo dos vales, onde são formados os solos hidromórficos. Devido ao material de origem (quartzitos), esses solos são de baixa fertilidade. Apresentam altas restrições para qualquer modalidade de uso agrícola, pecuária e para silvicultura, sendo suas áreas de ocorrência destinadas à preservação da flora e da fauna.

Na área do empreendimento, no trecho entre o córrego Buriti do Meio e a estrada intermunicipal que liga Várzea da Palma a Joaquim Felício, entre as altitudes de 1.100 e 1.153 metros, e junto à estrada de acesso à região central da propriedade altitudes de 1.190m e 1.240m (cota máxima), observa-se, um fragmento com relevo suave ondulado. Nesta área o substrato é composto de materiais areno-argilosos inconsolidados do Terciário - Quaternário. O processo de intemperização dos solos ocorrentes em decorrência do material de origem favoreceu a formação de solos profundos (Latosolos Vermelho-Amarelos), muito intemperizados, onde a infiltração da água promove a remoção de nutrientes, reduzindo a fertilidade desses solos.

Devido às suas características físicas e químicas, esses solos apresentam potencial para exploração com lavouras, formação de pastagem e reflorestamento.

#### 5.2. Da Utilização dos Recursos Hídricos

A área do empreendimento está situada na sub-bacia do Rio das Velhas, micro-bacia do córrego do Diamante. O regime do córrego do Diamante é tropical, uma vez que o seu leito se eleva mais no período das chuvas, que na região, ocorre entre os meses de novembro a março e as vazantes coincidem com o período de inverno, entre os meses de maio a setembro.

O córrego do Diamante é formado por aproximadamente 14 nascentes, que surgem perenemente a uma altitude de aproximadamente 1.100 a 1.200 metros, na porção central da Serra do Cabral, vertendo no sentido Leste para Oeste, e tem como afluentes principais, os córregos Foveiro, Poldrinho, Buritis Altos, Saco Grande, Vassouras, Buriti do Meio, Capão Grosso, Chimango, Guilherme e Lama Preta.

*bb*  
*[assinatura]*

O uso de recursos hídricos no empreendimento será por meio de 06 captações superficiais, conforme CERTIDÃO DE REGISTRO DE USO DA ÁGUA (Processos de Cadastro: 003415/2008, 003416/2008, 003417/2008, 011497/2009, 011498/2009 e 011499/2009), na qual certificam que a captação de 0.5 l/s de águas públicas, nos pontos de coordenadas 23K/UTM: X 565.903 e Y 8.042.171; X 568.040 e Y 8.040.636; X 569.184 e Y 8.040.317; X 571.937 e Y 8.044.463; X 565.326 Y 8.047.538 e; X 565.472 Y 8.048.008, é uso de recurso hídrico considerado como insignificante de acordo com a Deliberação Normativa CERH-MG nº 09 de 16/06/04, não está sujeito a outorga de direito de uso de recursos hídricos, mas tão somente ao cadastro.

### 5.3. Meio biótico

A caracterização ambiental dos aspectos biológicos da Fazenda Riacho do Barro foi realizada com base nos resultados dos levantamentos de campo. Os estudos de vegetação enfocaram sua fitofisionomia, já os de fauna consistiram em diagnósticos expeditos dos grupos de aves, anfíbios e mamíferos.

#### 5.3.1. Flora

A Área de Influência da Fazenda Riacho do Barro é representada por tipos vegetacionais característicos do bioma Cerrado. Sua vegetação composta possui principalmente gramíneas, arbustos e árvores esparsas, que dão origem a variados tipos fisionômicos, caracterizados pela heterogeneidade de sua distribuição. Para a área de Influência da fazenda foram identificadas as seguintes fitofisionomias: cerrado sentido restrito; vereda; mata de galeria e formações campestres.

A macro-região "Serra do Cabral", onde se situa o empreendimento, de modo geral, ainda sustenta remanescentes de vegetação relativamente bem conservados em função da dificuldade de acesso e inadequação de solos para a agricultura.

#### 5.3.2. Fauna

Considerando que, a área de estudo apresenta duas estações bem definidas ao longo do ano (uma seca e outra chuvosa), e que as variações climáticas da região dos cerrados resultam em modificações sazonais na disponibilidade de recursos alimentares à fauna, ocasionando assim mudanças também sazonais no comportamento alimentar de várias aves, tanto no tipo de recurso procurado, quanto no substrato de forrageamento.

Na estação seca, os recursos tornam-se escassos; enquanto, sincronizados à estação chuvosa, períodos de frutificação, floração e de reprodução de insetos (principalmente térmitas e formigas) favorecem uma abundante disponibilidade de alimento à mesma. Em ambas as estações, embora com diferentes abundâncias, várias espécies vegetais produzem frutos atrativos às aves, existindo dois ciclos de floração: abril / maio e agosto / setembro.

*[Handwritten signature]*





Contudo, vários aspectos da vegetação local como a capacidade de suporte alimentar e de abrigo, demonstram a existência de condições favoráveis para o estabelecimento de uma fauna variada.

Os trabalhos de coleta de dados sobre a fauna foram realizados através de investigações aleatórias, procurando percorrer os diversos habitats naturais, e também à procura de sinais da presença de espécies (ninhós, pegadas, fezes, carapaças, vocalizações, etc). Foram utilizados ainda, binóculos para auxiliar na identificação de animais a grande distância, além de material fotográfico. Complementando estas observações foram realizadas entrevistas com trabalhadores, e a população local, visando obter maiores informações sobre a fauna.

### Mastofauna

O inventário da mastofauna foi feito através de três metodologias básicas: entrevistas, consultas a bibliografias especializadas e armadilhas fotográficas na área do empreendimento. Estas metodologias possibilitaram tanto o reconhecimento dos ambientes existentes na área como a obtenção de informações sobre mamíferos facilmente identificáveis por características externas, como xenartros (ou edentatos), carnívoros, primatas, ungulados etc.

Apesar de não possuir caráter quantitativo, o método de entrevistas, quando bem realizado, e junto a pessoas que conhecem bem a fauna de uma determinada região, é uma ferramenta importante no inventário de espécies. No presente caso, as entrevistas foram feitas com moradores da região de inserção da Fazenda.

A ocorrência de 36 espécies pertencentes aos grupos dos xenartros, primatas, carnívoros, ungulados e roedores de médio e grande porte dá uma noção da riqueza da mastofauna registrada na área em questão.

Dentre as espécies registradas, algumas se encontram na Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (Portaria IBAMA 1.522/89), sendo elas: *Chrysocyon brachyurus* (lobo-guará), *Leopardus pardalis* (jaguatirica), *Leopardus tigrinus* (gato-do-mato), *Leopardus wiedii* (gato-do-mato). Na Lista Oficial da Fauna Ameaçada de Extinção de Minas Gerais (Deliberação COPAM 041/95) foram incluídas todas estas, acrescidas de mais quatro espécies: *Tamandua tetradactyla* (tamanduá-mirim), *Pseudalopex vetulus* (raposinha) e *Pecari tajacu* (caaitu). Os dados mostram, portanto, que ocorre na área de inserção da Serra do Cabral seis espécies consideradas ameaçadas de extinção para o estado de Minas Gerais.

Foi apresentado pelo empreendedor um "Projeto de Monitoramento de Espécies Ameaçadas de Extinção (Mastofauna)", como cumprimento de condicionante da Licença Ambiental - PA 06320/2008/001/2008, que deverá ser aplicado no empreendimento, abordando todas as espécies ameaçadas de extinção.

### Ornitofauna

As amostragens sistemáticas de dados sobre a ornitofauna foram efetuadas mediante transectos de varredura. Tais transectos corresponderam a censos matutinos e vespertinos, ao longo de caminhadas por extensas trilhas (caminhos de gado e de coletores de flores secas (sempre-vivas), além das margens de cursos d'água), variando entre 3.000 a 5.000 metros de extensão. Foram também realizadas entrevistas com moradores locais, de modo a contribuir nas análises das espécies amostradas, principalmente para aquelas regionalmente raras e ameaçadas de extinção, bem como outras dotadas de valor cinegético (devido à sua função estética, alimentar e / ou canora), por isso mais visada em coletas clandestinas.

O levantamento totalizou 96 espécies de aves encontradas para a região da Fazenda Riacho do Barro. As espécies evidenciadas com maior frequência na área de estudo são o grupo das aves generalistas, florestais e campestres que ocorrem em abundância. Dotadas de uma alta capacidade de dispersão, as comunidades de aves campestres e generalistas facilmente colonizam os cerrados e campos naturais, dominantes na área da Fazenda. Suas populações onívoras tornam-se numerosas, pois conseguem forragear recursos alimentares em diferentes tipos de habitats e de estratos vegetacionais. Além disto, devido à maior habilidade em explorar ambientes abertos, também colonizam áreas desmatadas ou em regeneração. A capacidade de dispersão torna-se ainda maior para espécies dotadas de comportamento migratório, pois realizam deslocamentos em curtas e longas distâncias, em busca de sítios alimentares e reprodutivos.

As espécies de valor cinegético são alvo de ações predatórias clandestinas visando o comércio, subsistência e criação em cativeiro. Dentre elas destacam, as espécies canoras, como o Curió (*Oryzoborus angolensis*) e o azulão (*Passerina brissoni*), além daqueles da família Psittacidae, como o papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*), cita-se também aquelas, alvo de caça, como a ema (*Rhea americana*) e o Jacu (*Penélope obscura*). Atividades antrópicas, como o desmatamento e a captura de aves, foram responsáveis pelo desaparecimento quase que total de espécies como a Patativa (*Sporophila plumbea*) e do bicudo (*Oryzoborus maximilianii*), cuja ocorrência em tempos remotos foi confirmada pelos moradores locais.

### Herpetofauna

As áreas selecionadas para a realização do inventário herpetofaunístico seguiram critérios básicos para inventariamento dos grupos, sendo áreas representativas dos principais ambientes naturais ou antrópicos encontrados na região, contendo ambientes úmidos permanentes e / ou temporários.

Os anfíbios anuros foram registrados através de bibliografia especializada, visualizações, coletas manuais e identificação de vocalizações emitidas pelos machos. Já os répteis, de maneira geral, são animais de difícil encontro na natureza.

*[Handwritten signature]*



Foram registradas, na área da Fazenda Riacho do Barro, 14 espécies de anfíbios anuros, pertencentes a quatro famílias (Leptodactylidae, Hylidae, Microhylidae e Bufonidae). A família com maior número de espécies registradas foi Leptodactylidae, com sete espécies, seguida por Hylidae, com cinco espécies.

Dentre as espécies registradas, *Dendropsophus minutus* foi a espécie mais freqüente, seguida por *Scinax* sp.. A maioria das espécies foi registrada várias vezes. De maneira geral, a área de estudo possui uma alta diversidade de ambientes e, portanto grande diversidade de opções reprodutivas para os anuros. Observou-se, ainda que a fitofisionomia vereda foi o local, inventariado, com maior riqueza de espécies.

Algumas espécies apresentam requerimentos de habitats especiais, ocorrendo apenas quando certas condições estão presentes, o que possibilita associá-las a tipos restritos de ambientes. *Sinax* cf. *catharinae*, por exemplo, foi encontrada principalmente em matas de galerias, *Scinax squalirostris* foi encontrada somente em campos limpos brejosos. Outras espécies, como *Scinax* sp. e *Dendropsophus minutus* foram encontrados em uma maior diversidade de ambientes na área.

Quanto aos répteis, foram registradas para a área duas espécies de lagartos e duas de serpentes, os registros foram feitos através de visualização nas trilhas e estradas do empreendimento. Com relação a quelônios e jacarés, apenas o segundo foi registrado através de entrevista com os moradores da região, entretanto, segundo os mesmos a espécie é rara na região.

#### 5.4. Da Reserva Legal

A Área de Reserva Legal da propriedade encontra-se devidamente averbada em Cartório de Registro de Imóveis - Comarca de Buenópolis/MG, registrado sob matrícula nº.: 5.531, referente a 1.232,0897 hectares, não inferior aos 20 % da área total da propriedade.

Na área de reserva legal da propriedade predomina a tipologia vegetal de cerrado ralo e campo rupestre, apresentando em bom estado de conservação, embora tenha sido observada pequenas intervenções em seu interior.

Foi apresentado pelo empreendedor um "Projeto de Recomposição da Reserva Legal", como cumprimento de condicionante da Licença Ambiental - PA 06320/2008/001/2008, com ações de conservação a ser aplicado no empreendimento.

#### 5.5. Da Área de Preservação Permanente

As Áreas de Preservação Permanente da propriedade são caracterizadas principalmente por veredas e pelas margens ao longo dos cursos d'água, sendo: Vereda Diamante,



Córrego Capão Grosso, Córrego Buriti do Meio, Córrego Vassoura, Córrego Chimango, Córrego Saco Grande, Córrego Buriti Alto, Córrego Lama Preta, Córrego Poldrinho e Córrego Faveiro.

As Áreas de Preservação Permanente encontram-se geralmente em bom estado de conservação, com existência de algumas estradas internas que deverão ser isoladas.

Considerando a importância desse ecossistema para os recursos hídricos e para a fauna local, deverão ser preservados 200 metros além do limite da ocorrência de espécies herbáceas, buritis ou solos hidromórficos.

### 5.6. Das Unidades de Conservação

Grande parte da Fazenda Riacho do Barro situa-se no entorno (a menos de 10 km) do Parque Estadual Serra do Cabral, criado pelo Decreto Estadual n.º 44.121 de 29 de setembro de 2005, acobertando área de 22.494,1728 hectares nos Municípios Joaquim Felício e Buenópolis, com o objetivo de preservar ecossistemas naturais, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de turismo ecológico e de recreação em contato com a natureza.

Consta nos autos do processo LP + LI - 6320/2008/001/2008, a anuência do órgão gestor do Parque Estadual Serra do Cabral concedida ao empreendimento permitindo instalação das atividades, desde que sejam tomadas todas as medidas de minimização de impactos ambientais proposta na lei ambiental vigente como preservação de todas as APP's, prevenção a incêndios entre outras.

A SCFLOR EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA. propõe ainda, a implantação de uma Reserva Particular de Patrimônio Natural - RPPN no empreendimento. A RPPN proposta com área de 2.746,79 hectares apresenta ambientes bem preservados com tipologia de Cerrado Rupestre/Campo Rupestre, Cerrado/Campo Cerrado sobre Latossolo, Campo Hidromórfico / Vereda / Floresta Ciliar e Campo sobre Areia Quartzosa.

### 5.7. Do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental - DAIA

PROPRIEDADE: Fazenda Riacho do Barro

PROPRIETÁRIO: Scflor Empreendimentos Agrícolas Ltda.

MUNICÍPIO: Francisco Dumont, Lassance e Joaquim Felício

Área total da propriedade	5.866,49ha
Área de Plantio	704,92 ha
Área de Inventário por Amostragem	208,35 ha
Área de Inventário 100%	572,13 ha

*[Handwritten signature]*

Foi realizada vistoria no empreendimento, com o intuito de avaliar a viabilidade técnica de exploração florestal requerida pelo empreendedor.

Prefendendo ampliar parte da área plantada com eucalipto para a implantação de novos projetos de reflorestamento, o empreendedor apresentou requerimento para intervenção ambiental numa área de 780,48 hectares visando a ampliação da atividade de silvicultura com o plantio de Eucalypto, onde consta junto ao Plano de Utilização Pretendida o Inventário Florestal da área solicitada para supressão da vegetação.

O Inventário Florestal apresentado da área requerida para desmate foi realizado em duas metodologias: o inventário 100% ou (censo) em uma área de 572,13 ha sendo subdividida em blocos através da mensuração de todos os indivíduos arbóreos da área, e uma área de 208,35 ha amostrada por parcelas distribuídas de forma casualizada.

A área inventariada por amostragem 100% é caracterizada pela tipologia florestal cerrado stricto sensu com a presença árvores espaçadas de porte variado, áreas estas muito antropizadas pela presença de fogo e pela pecuária extensiva no passado.

A área amostrada por parcelas também apresenta a mesma tipologia florestal da área de censo, porém uma vegetação mais adensada com nível de regeneração secundário predominantemente inicial, com alguns fragmentos de nível médio.

Durante a vistoria realizada no dia 30/10/2009 e 19/11/2009 para dar continuidade à análise do processo de licenciamento e da autorização para intervenção ambiental foi realizada a conferência de 10 % das parcelas amostrais na área requerida para desmate. Foram mensuradas as dimensões do CAP (Circunferência a Altura do Peito) e altura dos indivíduos presentes dentro das parcelas 03, 10, 12 e 14 e de alguns indivíduos arbóreos da área de censo.

Com base no Inventário Florestal apresentado, constatou-se a ocorrência de espécies imunes de corte e nobres na área inventariada e requerida para supressão, cuja exploração florestal proposta está representada em Plano de Manejo no quadro abaixo, que define a exploração do material lenhoso que será triturado e incorporado posteriormente na área onde ocorrerá a supressão, do material lenhoso de "uso nobre" que será dada outra destinação, bem como os indivíduos arbóreos que serão preservados na área por se tratarem de espécies imunes de corte conforme legislação específica.

QUADROS DEMONSTRATIVOS DA EXPLORAÇÃO FLORESTAL PROPOSTA PARA AS ESPÉCIES DE VALOR COMERCIAL A SEREM UTILIZADAS PARA USO MADEIREIRO E AS QUE SERÃO PRESERVADAS NA ÁREA I e II.

AMOSTRAGEM CASUALIZADA (111,31 ha)

Espécies/ classificação	Freq./ha (DA)	Vol./há (m <sup>3</sup> )	Exploração para lenha (INCORPORAR)		Exploração para uso Madeireiro (postes, mourões)	
			Freq./ha	Vol./ha	Freq./ha	Vol./ha
Uso Nobre comercial /Imune						
CARAIBA	6	0,06801	-	-	-	-
PEQUI	3	0,1118	-	-	-	-
CANDEIA	8	0,1106	7	0,0611	1	0,0495
VINHATICO	10	0,5327	8	0,0969	2	0,4358
JACARANDA	77	0,7357	73	0,5988	4	0,1369
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>	<b>1,5589</b>	<b>88</b>	<b>0,7568</b>	<b>7</b>	<b>0,6222</b>

As espécies consideradas de madeira nobre que estão sendo propostas para corte e que apresentarem cerne desenvolvido com DAP superior a 15 cm, deverão ser aproveitadas para postes e mourões, e aquelas que possuírem DAP reduzido, não servindo para uso como madeira, deverão ser incorporadas ao solo. Tal recomendação é válida para todas as áreas propostas a intervenção ambiental.

Portanto, teremos que:

- Considerando a área explorada: **111,31 ha**
- Vegetação nativa: Média Volumétrica de **16,4663 m<sup>3</sup>/ha**.
- Considerando a exclusão de **0,1798 m<sup>3</sup>/ha** (caraíba e pequi) da média total geral, referente aos volumes de espécies que serão preservadas na área;
- Considerando a exclusão de **0,6222 m<sup>3</sup>/ha** da média total geral, referente aos volumes das árvores cuja madeira será utilizada para outros usos como postes e mourões.
- Considerando Índice de conversão madeira (m<sup>3</sup>) / carvão (MDC): **2,0**;

*[Handwritten signature]*

**QUADRO RESUMO**

A	B	C	D	E	F	Resultado
Vol. Total GERAL (m <sup>3</sup> /ha)	Volume Explorado p/ madeira (m <sup>3</sup> /ha)	Volume remanescente preservado (m <sup>3</sup> /ha)	Volume a ser incorporado (m <sup>3</sup> /ha)	Área total (ha)	Vol. total Explorado m <sup>3</sup> {A - (B + C)} * E	Vol. Total Acréscimo 20% toco e raízes
16,4663	0,6222	0,1798	15,6643	111,31	1.743,59	2.092,30

**AMOSTRAGEM CASUALIZADA (97,04 ha)**

Espécies/ classificação	Freq./ha (DA)	Vol./há (m <sup>3</sup> )	Exploração para lenha (INCORPORAR)		Exploração para uso Madeireiro (postes, mourões)	
			Freq./ha	Vol./ha	Freq./ha	Vol./ha
Uso Nobre comercial /Imune						
CANDEIA	34	0,6501	30	0,3835	4	0,1766
JACARANDA	11	0,1383	10	0,1071	1	0,0312
CARAIBA	05	0,0402	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>0,8286</b>	<b>40</b>	<b>0,4906</b>	<b>5</b>	<b>0,2078</b>

- Considerando a área explorada: (97,04 ha)

Vegetação nativa: Média Volumétrica de 44,8223 m<sup>3</sup>/ha.

- Considerando a exclusão de 0,0402 m<sup>3</sup>/ha (caraíba) da média total geral, referente aos volumes de espécies que serão preservadas na área;

- Considerando a exclusão de 0,2078 m<sup>3</sup>/ha da média total geral, referente aos volumes das árvores cuja madeira será utilizada para outros usos como postes e mourões.

- Considerando Índice de conversão madeira (m<sup>3</sup>) / carvão (MDC): 2,0;

**QUADRO RESUMO**

A	B	C	D	E	F	Resultado
Vol. Total GERAL (m <sup>3</sup> /ha)	Volume Explorado p/ madeira (m <sup>3</sup> /ha)	Volume remanescente preservado (m <sup>3</sup> /ha)	Volume explorado a ser incorporado (m <sup>3</sup> /ha)	Área total (ha)	Vol. total Explorado m <sup>3</sup> {A - (B + C)} * E	Vol. Total Acréscimo 20% toco e raízes
44,8223	0,2078	0,0402	44,5743	97,04	4.325,49	5.190,58

**INVENTARIO 100% (545,32 + 26,81 ha)**

Espécies/ classificação	Freq.(DA)	Vol.(m <sup>3</sup> )	Exploração para lenha (INCORPORAR)		Exploração para uso Madeireiro (postes, mourões)	
			Freq. Total	Vol. Total	Freq. Total	Vol. Total
Uso Nobre comercial /Imune						
CARAIBA	130	1,4457	-	-	-	-
PEQUI	234	5,2627	-	-	-	-
CANDEIA	1014	13,4264	933	10,4707	81	2,9557
VINHATICO	58	0,9572	55	0,7022	3	0,2550
JACARANDA	318	4,7392	291	3,3346	27	1,4046
SUCUPIRA	98	1,1697	93	0,9553	5	0,2144
<b>TOTAL</b>	<b>1.852</b>	<b>27,00</b>	<b>1.372</b>	<b>15,4628</b>	<b>116</b>	<b>4,8297</b>

**QUADRO RESUMO**

A	B	C	D	E	Resultado
Vol. Total GERAL (m <sup>3</sup> )	Volume Explorado p/ madeira (m <sup>3</sup> )	Volume remanescente preservado (m <sup>3</sup> )	Volume explorado a ser incorporado (m <sup>3</sup> )	Area total (ha)	Vol. Total Acréscimo 20% toco e raizes
<b>531,04</b>	<b>4,8997</b>	<b>6,7084</b>	<b>519,4319</b>	<b>572,13</b>	<b>623,3182</b>

Conforme Inventário Florestal realizado, manejo e corte seletivo proposto acima, o rendimento lenhoso médio estimado da área total a ser desmatada (780,48 ha) será de **8.019,4040 m<sup>3</sup>**.

Será preservado na área um total de 364 indivíduos imunes de corte (caraíba e pequi), equivalente a 6,7084 m<sup>3</sup> onde se utilizou o inventario 100%(censo). Para área inventariada por parcelas amostrais será preservado 14 indivíduos arbóreos imunes de corte por hectare com **27,8155 m<sup>3</sup>**.

As espécies de uso nobre que possuem cerne desenvolvido com DAP (Diâmetro a Altura do Peito) superior a 15 cm deverão ser dadas outro uso como cerca, postes e mourões destinando ao uso interno da propriedade. A este uso, segundo o inventario florestal, foi estimado uma volumetria de **94,2516 m<sup>3</sup>**.

O material lenhoso restante **não será** carvoejado e sim incorporado ao solo após ser triturado conforme estudos apresentados. A incorporação dos cavacos de madeira ao solo

*[Handwritten signature]*



promoverá o equilíbrio da temperatura e umidade do solo, a ciclagem de nutrientes e proteção física do solo contra erosão e compactação.

Assim, conforme exposto acima, recomenda-se a concessão da (DAIA) Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental numa área de **780,48** ha de vegetação de cerrado para ampliação de projeto de Silvicultura, conforme demarcado em planta topográfica.

### **5.8. Meio Sócio – Econômico**

Objetivou-se em centrar os estudos junto ao município de Joaquim Felício, em função da distância existente entre o núcleo urbano (sede) do município e a área da Fazenda, as propriedades vizinhas, uma vez que, não existe nenhuma comunidade e/ou aglomeração de casas no entorno do empreendimento.

A região de inserção do empreendimento é caracterizada por apresentar baixa ocupação humana, com uma economia dependente de atividades ligadas à agropecuária, ao extrativismo vegetal e a pequenas indústrias e serviços de apoio às atividades primárias.

O setor público e algumas grandes empresas são os maiores contratantes de trabalhadores com carteira assinada. O restante do mercado de trabalho caracterizado pela economia informal e o setor agrícola é o que mais gera empregos informais.

As condições de saúde da região dependem da oferta de serviços médicos das cidades maiores ou, até mesmo, da capital do Estado. As cidades de Curvelo e Montes Claros são os centros urbanos com melhores serviços médicos e hospitalares mais próximos.

Considerando o aumento da oferta de empregos, da arrecadação de impostos e da renda nos municípios sob influência do empreendimento, o projeto silvicultural em questão, pode ser considerado importante para a o desenvolvimento sócio-econômico local.

Com o objetivo foi resgatar e socializar os conhecimentos adquiridos sobre a Serra do Cabral e estimular a formação de novos valores que contribuam para uma melhor relação entre os funcionários e vizinhos com o meio ambiente, foi iniciado no empreendimento um Programa de Educação Ambiental de caráter permanente, composto por diferentes atividades a serem desenvolvidas durante a operação do empreendimento e tem como foco os funcionários da SCFLOR e vizinhos residentes no entorno da Fazenda Riacho do Barro bem como escolas e instituições atuantes nos municípios.

### **6. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras**

Apesar de contribuir de forma positiva para a economia, seja pela geração de empregos e de impostos, seja pela contenção da produção indiscriminada de carvão vegetal de matas nativas, a silvicultura através dos processos tecnológicos envolvidos, pode alterar os

processos do meio físico, biótico e antrópico. A alteração desses processos pode ser significativa, necessitando assim a implantação de medidas de mitigação e de monitoramento.

### **Sobre o meio físico**

O desenvolvimento da silvicultura envolve práticas referentes à limpeza da área, ao preparo do solo para plantio e à implantação da infra-estrutura. Todas essas práticas são geradoras de impactos sobre os recursos solo e água, o que torna necessária a adoção de procedimentos e ações para prevenção e minimização de tais impactos.

O manejo dos recursos naturais na área do empreendimento deverá ser realizado através de práticas conservacionistas com a prática do cultivo mínimo, evitando assim uma maior degradação ambiental.

Como as águas pluviais constituem a principal causa do carreamento de partículas sólidas pelo revolvimento do solo quando da abertura de estradas e aceiros, reveste-se de grande importância a captação dessas águas, de forma a eliminar seu trabalho destruidor, acumulando-se em locais, forçando sua penetração na terra, favorecendo o abastecimento do lençol freático e, conseqüentemente, alimentando fontes e nascentes naturais.

Visando evitar ou minimizar esses impactos é proposta construção de camalhões e bacias de contenção como medida de controle de erosões. A construção de camalhões e bacias de contenção para dissipação da energia das águas pluviais favorece a retenção de materiais sólidos promovendo a sua decantação e infiltração da água no solo. O sistema de drenagem deve obedecer a um sistema de escoamento capaz de garantir a proteção contra assoreamento das micro-bacias hidrográficas, protegendo-as do assoreamento por sólidos finos carreados das áreas em exposição (estradas e vias de acesso).

### **Efluentes líquidos**

No empreendimento serão gerados efluentes líquidos sanitários provenientes das frentes de trabalho, devendo a empresa empregar fossas secas (banheiro químico) em todas as frentes de trabalho, com a devida aplicação periódica de cal virgem. Tais procedimentos mostram-se satisfatórios ambientalmente, tendo em vista a grande rotatividade de tais frentes e a pouca contribuição em cada ponto, não sendo necessárias medidas mitigadoras adicionais.

Para a proteção dos trabalhadores a empresa deverá assegurar a manutenção das medidas necessárias para a integridade dos mesmos e garantindo condições básicas de higiene de trabalho, com o fornecimento de água potável filtrada, manutenção de sanitários limpos e desinfetados, dotados de fossa séptica e filtro anaeróbico de acordo com a NBR ABNT 7229/1993.



Devido aos poucos equipamentos abastecidos na fazenda, a geração de óleos e graxas é praticamente nula, com o material gerado no processo de troca de óleo, sendo levado pelo fornecedor credenciado de combustível para local específico e adequado.

### Resíduos sólidos

O lixo doméstico gerado na área do empreendimento deverá ser recolhido, colocado em embalagens adequadas e diferenciadas por cor (sacos plásticos), visando um melhor manuseio, sendo acondicionado em galões plásticos ou tambores de 200 litros para posterior destino à Usina de Triagem e Compostagem do Lixo do município de Joaquim Felício, tendo em vista seu reduzido volume, haja visto, que poucos funcionários envolvidos nas atividades de silvicultura irão pernoitar no empreendimento.

### Efluentes atmosféricos

Decorrentes da queima de combustíveis fósseis pelos veículos e equipamentos, do trânsito de máquinas/equipamentos quando do plantio e dos veículos e caminhões de apoio e supervisão das atividades produtivas. No entanto, devido à matéria orgânica (pastagem) recobrando o solo, a geração de poeiras pelas atividades da silvicultura é de reduzida relevância, a qual é ainda contida pelas árvores presentes nos remanescentes florestais adjacentes, sendo dispersas no meio rural, sem ocasionar maiores problemas. A poeira decorrente do trânsito dos veículos e caminhões são igualmente dispersa na atmosfera, dentro da zona rural, não atingindo núcleos urbano nem tão pouco níveis que justifiquem medidas mitigadoras, tais como umedecimento das vias.


### Uso de fertilizantes, corretivos e defensivos químicos

Apesar desta espécie se caracterizar pela baixa exigência em fertilidade e pela alta tolerância a solos ácidos, para a implantação de povoamentos de *Eucalyptus* é indispensável à utilização de corretivos e adubos, tanto para suprir as demandas nutricionais exigidas para os níveis de incremento desejados, quanto para realizar a reposição de nutrientes do solo, "exportados" no processo de colheita florestal. Além destes produtos, é necessário o uso de inseticidas para o controle das pragas mais frequentes, e a aplicação de herbicidas para controle de plantas invasoras.

No empreendimento, os agroquímicos utilizados na cultura de *Eucalyptus* deverão ser adquiridos através de receituários agrônômicos, cuja prescrição é feita por sua equipe técnica, sendo caracterizados quanto ao princípio ativo, dosagem, forma e época de aplicação.

O armazenamento desses agroquímicos deverá ser feito em galpões adequados. As embalagens de herbicidas e inseticidas serão recolhidas pelos fabricantes e fornecedores periodicamente, enquanto as embalagens de fertilizantes são comercializadas regionalmente como material reciclável.

*Handwritten signature and initials.*

	<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO          AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL          NORTE DE MINAS</b> PARECER ÚNICO	<b>Data: 02/12/2009</b> <b>Folha: 20/23</b>
---	---	--

A utilização de tais insumos baseia-se na Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989 e Lei nº 9.974 de 06 de junho de 2000, que dispõe sobre a o armazenamento, a comercialização, a utilização, destino final dos resíduos e embalagens de agrotóxicos.

### **Impactos no Meio Biótico**

As mudanças ambientais advindas dos processos de uso e ocupação de parte da área pelo empreendimento florestal ocasionarão sem dúvida alterações no meio biótico.

Nas zonas de veredas e matas ciliares que constituem o habitat natural da maior parte da fauna da região, não ocorrerá nenhum tipo de supressão de vegetação nativa, que juntamente com os demais remanescentes nativos, irão formar corredores ecológicos expressivos na área e as espécies que costumam habitar as partes planas (emas, siriemas, lobos guará, veados e aves) terão grande parte de seus habitat preservados.

Ainda assim, a partir da análise do processo, conclui-se que o empreendimento em questão causará impactos significativos e não-mitigáveis, onde a supressão da vegetação nativa irá acarretar fragmentação de habitats, perda de conectividade, redução da riqueza de espécies da fauna e flora e comprometimento da paisagem natural. Sendo assim, caberá ao empreendedor obter junto à Câmara de Proteção à Biodiversidade (CPB) a fixação da compensação ambiental nos termos da Lei 9985/2000.

### **Sistema de prevenção e combate a incêndio**

Foi apresentado pela empresa as ações implementadas pela SCFLOR referente ao sistema de proteção contra incêndio da Fazenda Riacho do Barro, onde foram implantadas as seguintes medidas preventivas:

- construção e manutenção de aceiros prestando-se como barreira contra o fogo vindo de confrontantes. Em alguns trechos não foi possível abrir aceiros, devido à existência de obstáculos naturais.
- detecção fixa feita através de torre de observação em parceria com a Serra do Cabral Agroindústria, localizada em um ponto alto (UTM 23K 567126 e 8048225).
- detecção móvel realizada por funcionários equipados com binóculos e rádios transmissor-receptores.

### **7. Conclusão**

Com base nas vistorias de campo e nos estudos ambientais contemplados no Relatório de Controle Ambiental - RCA e no Plano de Controle Ambiental - PCA, onde foram relatadas as características do empreendimento, identificando os principais impactos ambientais gerados pela atividade e as medidas mitigadoras propostas, consideramos viável o empreendimento nos termos deste parecer.



Não havendo óbices legais à concessão da licença requerida, recomendamos o deferimento do pedido de Licença de Ampliação com validade de 01 (um) ano ao empreendimento SCFLOR EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA./FAZENDA RIACHO DO BARRO, para a atividade de silvicultura a ser implantada numa área de 780,48 hectares, conforme demarcação em planta topográfica delimitada pela SUPRAM NM, observadas as Condicionantes anexas a este parecer.

**8. Parecer Conclusivo**

Favorável: ( ) Não ( **X** ) Sim

**9. Validade da licença**

01 (um) ano

**Anexo I  
 CONDICIONANTES**

<b>PARECER UNICO    Nº 095/2008 – SUPRAM NM</b>	
Indexado ao Processo Nº: <b>06320/2008/001/2008</b>	Validade da Licença:
Tipo de processo:	<b>01 (um) ano</b>
Licenciamento Ambiental ( <b>X</b> ) Auto de Infração ( )	
Empreendimento (Razão Social) <b>SCFLOR EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.</b>	CNPJ / CPF: <b>08.669.153/0001-38</b>
Empreendimento (Nome Fantasia) <b>Fazenda Riacho do Barro</b>	
Município: <b>Joaquim Felício, Lassance e Francisco Dumont</b>	
Atividade predominante: <b>Silvicultura</b>	
Código da DN e Parâmetro: <b>G-03-02-6</b>	
Porte do Empreendimento <b>Pequeno ( X ) Médio ( ) Grande ( )</b>	Potencial Poluidor <b>Pequeno ( ) Médio ( X ) Grande ( )</b>


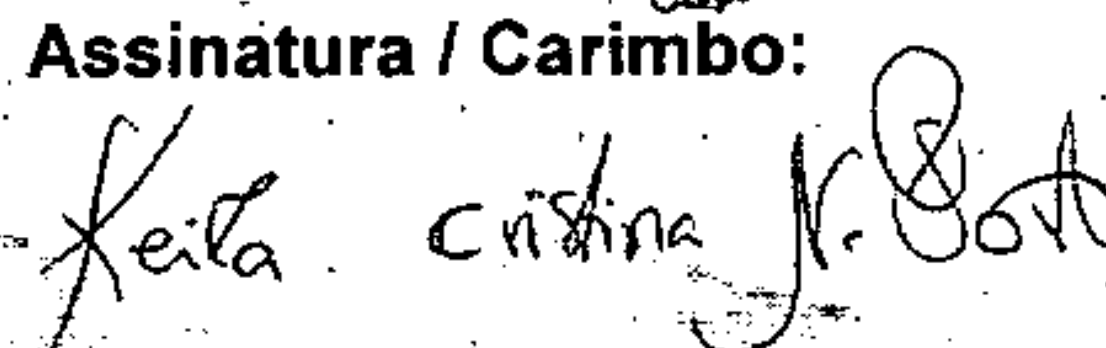
*[Handwritten signature]*

Classe do Empreendimento: 3

Fase Atual do Empreendimento: **Ampliação**

Itens	Descrição da Condicionante	Prazo
01	Caso seja construída edificação com geração de efluentes sanitários, deverá ser implantado conjunto de fossa, filtro e sumidouro, edificados segundo a norma técnica NBR 7229/93, devendo ser estabelecido caixa de passagem para coleta dos efluentes antes da entrada na fossa e antes da entrada no sumidouro.	Vigência da Licença
02	Na eventualidade de derramamento de óleo no abastecimento dos equipamentos nas frentes de serviço, o mesmo deverá ser imediatamente contido e disposto de acordo com ABNT NBR 13.894/2007.	Vigência da Licença
03	Implantar práticas de conservação de solos e sistemas de controle à erosão, devendo ser construídos canaletas e camalhões destinando a água proveniente do escoamento superficial para bacias de captação de água pluvial em toda a propriedade. As estradas localizadas em Áreas de Preservação Permanente deverão ser isoladas.	180 dias
04	Manutenção das estradas, carreadores e aceiros em toda a propriedade, devendo receber práticas destinadas à conter a água pluvial e propiciar condições para sua infiltração.	Vigência da Licença
05	A empresa deverá utilizar produtos agrotóxicos devidamente registrados para uso em reflorestamentos, amparados por receituários agrônômicos, que juntamente com as notas de compra e envio das embalagens vazias, deverão ficar arquivadas no empreendimento.	Vigência da Licença
06	O lixo doméstico gerado no empreendimento deverá ser recolhido e enviado à Usina de Triagem e Compostagem do município de Joaquim Felício.	Vigência da Licença
07	Os efluentes sanitários originados nas frentes de trabalho deverão ser dispostos em fossas secas (banheiro químico).	Vigência da Licença
08	Nas Áreas de Preservação Permanente da propriedade caracterizadas pelas veredas, deverão ser preservados 200 metros além do limite da ocorrência de espécies herbáceas, buritis ou solos hidromórficos.	Vigência da Licença
09	Apresentar ao Núcleo de Compensação Ambiental – NCA do Instituto Estadual de Florestas – IEF, proposta de compensação ambiental a que se refere à Lei Federal nº 9985 de 18 de julho	90 dias

	de 2000, regulamentada pela Deliberação Normativa COPAM nº 94, de 12 de abril de 2006. Comprovar junto a SUPRAM NM o protocolo da proposta junto ao IEF.	
<b>10</b>	Qualquer alteração referente à destinação final do material lenhoso deverá ser informada a SUPRAM NM antecipadamente.	<b>Vigência da Licença</b>

<b>Responsável pelo Setor Técnico:</b> Cláudia Beatriz Oliveira Araújo	<b>Assinatura / Carimbo:</b>
<b>Núcleo Jurídico Regional:</b> Yuri Oliveira Trovão	<b>Assinatura / Carimbo:</b>
<b>Analista Ambiental Jurídico:</b> Letícia Horta Vilas Boas	<b>Assinatura / Carimbo:</b>
<b>Gestor do processo:</b> José Aparecido Alves Barbosa	<b>Assinatura / Carimbo:</b>  José Aparecido Alves Barbosa Analista Ambiental - Agrônomo Supram NM - Masp 1147708 - 0
<b>Téc 01:</b> Keila Cristina Novais Porto	<b>Assinatura / Carimbo:</b>  Keila Cristina Novais Porto ANALISTA AMBIENTAL SUPRAM - NM
<b>Montes Claros, 02 de Dezembro de 2009</b>	